



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLI — Nº 046

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 15 DE MAIO DE 1986

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 78ª SESSÃO CONJUNTA, EM 14 DE MAIO DE 1986

- 1.1 — ABERTURA
- 1.2 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei do Senado nº 297, de 1979 (nº 3.593/80, na Câmara dos Deputados), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que garante ao empregado aposentado por velhice, a requerimento da empresa, indenização em função do salário que percebia em atividade. **Discussão encerrada**, após usar da palavra o Sr. Farabulini Júnior, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1981 (nº 650/79, na Casa de origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que altera dispositivo da Lei nº 6.032, de 30 de abril de 1974, que dispõe sobre o Regimento de Custas da Justiça Federal, para o fim de determinar o prevalecimento dos arts. 789 e 790 da Consolidação das Leis do Trabalho, sempre que se tratar de litígio decorrente de relação de trabalho. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

1.2.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 8 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 79ª SESSÃO CONJUNTA, EM 14 DE MAIO DE 1986

- 2.1 — ABERTURA
- 2.2 — EXPEDIENTE
- 2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO SÓLON BORGES — Requerimento aprovado pela Câmara Municipal de São José do Rio Pardo, de repúdio pela propaganda comercial veiculada em emissoras de televisão, por denegrir a imagem do magistério brasileiro.

DEPUTADO VICTOR FACCIONI — Pesquisa realizada pelo Professor Mario Gardelin, sobre a atuação desenvolvida pelos missionários capuchinhos italianos no Brasil.

DEPUTADO FARABULINI JÚNIOR — Decisão de S. Exª em permanecer no Partido Trabalhista Brasileiro.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Qualidade com que se distingue o Sr. Farabulini Junior em sua vida pública. Homenagem prestada pelo Rotary Club Leste e pela Casa da Amizade à Vereadora Elza Tank, de Limeira-SP.

DEPUTADO IRANI MULLER — Observações sobre as aplicações do Plano Regional da Reforma Agrária no Estado do Rio Grande do Sul. Necessidade da apuração do assassinato do Padre Jósimo Tavares, ocorrido no município de Imperatriz-MA.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Transcurso da data alusiva ao Estado de Israel.

DEPUTADO TEODORICO FERRAÇO — Alerta ao Governo Federal sobre a poluição atmosférica que se verifica na cidade de Vitória-ES.

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Atuação desenvolvida pelo Sr. Camilo Calazans na Presidência do Banco do Brasil.

DEPUTADO HORÁCIO ORTIZ — Morosidade da implantação do vale-transporte pela Prefeitura da cidade de São Paulo.

DEPUTADO ROBERTO CARDOSO ALVES — Homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. José Paulo Freire.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, dia 15, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 3/86-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.167, de 22 de outubro de 1984, que dispõe sobre o recolhimento dos débitos previdenciários das Prefeituras Municipais. **Votação adiada por falta de quorum**.

Projeto de Decreto Legislativo nº 9/86-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.166, de 16 de outubro de 1984, que institui Gratificação de Atividades de Assessoramento Especial e de Altos Estudos e Pesquisa, na Escola Superior de Guerra. **Votação adiada por falta de quorum**.

2.4 — ENCERRAMENTO

Ata da 78ª Sessão Conjunta, em 14 de maio de 1986

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Raimundo Parente — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Luiz

Viana — Amaral Peixoto — Jamil Haddad — Alfredo Campos — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Gastão Müller — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Wildy Vianna — PMDB.

Amazonas

José Fernandes — PDT; Josué de Souza — PFL.

Rondônia

Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS,

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual Cz\$ 92,00

Semestral Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

Pará

Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Gerson Peres — PDS; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Cid Carvalho — PMDB; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Alberto de Souza — PFL; José Ribamar Machado — PDS; Sarney Filho — PFL; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Tapety Júnior — PFL.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; César Cals Neto — PDS; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Haroldo Sanford — PMDB; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Marcelo Linhares — PDS; Ossian Araripe — PFL; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PFL; Sérgio Philomeno — PFL.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Vingt Rosado — PMDB.

Paraíba

Octacílio Queiróz — PMDB; Paulo Carvalho Xavier — PDS.

Pernambuco

Egídio Ferreira Lima — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Roberto Freire — PCB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Seixas Dória — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PFL; Djalma Bessa — PFL; Eraldo Tinoco — PFL; Felix Mendonça — PTB; Fernando Santana — PCB; Francisco Benjamim — PFL; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PC do B; João Alves — PFL; José Penedo — PFL; Leur Lomanto — PDS; Prisco Viana — PMDB; Rômulo Galvão — PFL; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PDS; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL.

Rio de Janeiro

Aginaldo Timóteo — PDS; Amaral Netto — PDS; Carlos Peçanha — PMDB; Daso Coimbra — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; JG de Araújo Jorge — PDT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Léo Simões — PFL; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PFL; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PMDB; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Altair Chagas — PFL; Carlos Cotta — PMDB; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jorge Ferraz — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; Leopoldo Bessone — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Mário Assad — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Paulino Cícero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Sívio Alves — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Sandoval — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PTB; Aurélio Peres — PC do B; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Djalma Bom — PT; Estevam Galvão — PFL; Farabulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PPB; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; José Genoíno — PT; Márcio Santilli — PMDB; Mário Hato — PMDB; Moacir Franco — PTB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Salles Leite — PDS; Sólton Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB.

Goiás

Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Márcio Lacerda — PMDB

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Sérgio Cruz — PDT.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PFL; Ary Kffuri — PDS; Italo Conti — PFL; José Tavares — PMDB; Norton Macedo — PFL; Oscar Alves — PFL; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Santos Filho — PFL.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Cacildo Maldaner — PMDB; Evaldo Amaral — PFL; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PFL; Pedro Colin — PFL; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Augusto Trein — PDS; Darcy Pozza — PDS; Erani Müller — PMDB; Guido Moesch — PDS; Hermes Zanetti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; João Gilberto — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Nadyr Rossetti — PDT; Oly Fachin — PDS; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rubens Ardenghi — PDS; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Clarck Platon — PMDB.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PTB; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 27 Srs. Senadores e 189 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 297, de 1979 (nº 3.593/80, na Câmara dos Deputados), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que garante ao empregado aposentado por velhice, a requerimento da empresa, indenização em função do salário que percebia em atividade.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão o projeto vetado.

O Sr. Farabulini Júnior — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Farabulini Júnior, para discutir.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, está inserido no contexto deste Projeto uma das mais sentidas reivindicações de quantos trabalhadores deste País, por obra e arte do destino da faixa etária, final da vida, aposentam-se.

Os aposentados sustentam da necessidade mais que absoluta de ressurgir no País no que nós chamamos de paridade. E ao Ministro da Previdência e Assistência Social, atual, excelente por acaso, já me referi a ele diversas vezes nesta tribuna para dizer do Ministro ser excelente Ministro: Almeida Magalhães.

Fizemos sentir ao Ministro, ao lado do José Frejat, ao lado de Djalma Bom, que não chamo Djalma Bom, chamo Djalma "Ótimo", paulista, o Deputado Francisco Amaral e outros deputados, fizemos sentir, naquele conclave memorável, que o problema da paridade é um problema essencial à vida do aposentado. Não tem cabimento, Sr. Presidente, nobres Srs. Congressistas, que alguém de uma determinada faixa salarial se aposente e o tempo venha corroer os seus parcos vencimentos e, já no ocaso da vida, receba um tanto quanto não lhe dá nem para manter-se no que tange à habitação. E onde fica a indumentária? Onde fica o transporte? Onde fica o entretenimento? Como entretenimento para aposentados?

Onde entretenimento, Sr. Presidente, para aposentados? Os aposentados deste País clamam por justiça. Não podem fazer greve. Constituem uma massa humana realmente poderosa que poderiam, até, em eleições diretas decidir sobre a eleição do Presidente da República, dada a quantidade de aposentados neste País. Não têm, entretanto, o grande poder de barganha, que é o poder da greve. Não podem fazer greve: são inativos.

Deputados passam por este microfone, todos ilustres Deputados representantes do povo, que pretendem fazer justiça, mas vejo que não conseguem. O tacão do Poder Executivo em cima, a guilhotina preparada sempre sobre a cabeça dos mais fracos. Entra Governo, sai Governo; entra Presidente, sai Presidente, a grande realidade é que no contexto social há uma fragilidade total quanto aos investimentos públicos. Por que não se promover investimento à altura de se satisfazer esse paupérrimo aposentado, que enquanto deixa de trabalhar ganha "n" milhares de cruzados e depois, defasando no tempo, essa defasagem o leva a subnitrato de qualquer matéria-prima? E a luta dos aposentados continua amanhã.

Sr. Presidente, fui até convidado — e vou comparecer — convite do Ministério da Previdência Social, do Sr. Ministro, devotado Ministro, para a assinatura da mensagem presidencial que revoga o Decreto nº 1910. Foi uma reivindicação sentida, naquela memorável tarde, dos 3 mil aposentados junto ao Ministro, e revogar-se-á o Decreto nº 1.910; revogar-se-á. É alguma coisa importante, porque já não se obriga o aposentado a recolher a cota da aposentadoria, é importante isso, Sr. Presidente.

Sei que os governantes acompanham os discursos, os apartes, os pronunciamentos dos Deputados e dos Senadores. Portanto, aproveitando o ensejo, fica aqui o pedido: é pontual toda reivindicação dos aposentados brasileiros: a paridade. E a paridade está agora sendo vetada! (Muito bem?)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Continua a discussão. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Congressistas desejando fazer uso da palavra, está encerrada a discussão.

A matéria vetada exige **quorum** de 2/3 da composição de cada Casa para deliberação. Dada a inexistência desse **quorum**, deixa de ser procedida a votação passando-se ao item II da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — **Item 2:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1981 (nº 650, de 1979, na Casa de origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que altera dispositivo da Lei nº 6.032, de 30 de abril de 1974, que dispõe sobre o Regimento de Custas da Justiça Federal, para o fim de determinar o preavalecimento dos arts. 789 e 790 da Consolidação das Leis do Trabalho, sempre que se tratar de litígio decorrente de relação de trabalho.

A matéria foi, igualmente, incluída em Ordem do Dia instruída, apenas, com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional por não haver a Comissão Mista apresentado seu relatório no prazo regimental.

Em discussão o projeto vetado. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, deixa, igualmente, de ser procedida a votação por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDETNE (Martins Filho) — Nos termos do art. 55, § 1º, **in fine**, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 8 minutos, neste plenário, destinada à votação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 3 e 9, de 1986-CN (4ª Sessão).

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 7 minutos.)

Ata da 79ª Sessão Conjunta, em 14 de maio de 1986

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho

Maranhão

Cid Carvalho — PMDB; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Alberto de Souza — PFL; José Ribamar Machado — PDS; Sarney Filho — PFL; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Tapety Júnior — PFL

Ceará

Aécio de Borba — PDS; César Cals Neto — PDS; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marçilo — PDS; Furtado Leite — PFL; Haroldo Sanford — PMDB; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Marcelo Linhares — PDS; Ossian Araripe — PFL; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PFL; Sérgio Philomeno — PFL.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Vingt Rosado — PMDB.

Paraíba

Octacílio Queiróz — PMDB, Paulo Carvalho Xavier — PDS.

Pernambuco

Egídio Ferreira Lima — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Roberto Freire — PCB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Seixas Dória — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PFL; Djalma Bessa — PFL; Eraldo Tinoco — PFL; Felix Mendonça — PTB; Fernando Santana — PCB; Francisco Benjamim — PFL; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PC do B; João Alves — PFL; José Penedo — PFL; Leur Lomanto — PDS; Prisco Viana — PMDB; Rômulo Galvão — PFL; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PDS; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL.

Rio de Janeiro

Agnaldo Timóteo — PDS; Amaral Netto — PDS; Carlos Peçanha — PMDB; Daso Coimbra — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; JG de Araújo Jorge — PDT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL, Léo Simões — PFL; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PMDB; Wilmar Palis — PDS.

ÀS 19 HORAS E 8 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS SENADORES:

Raimundo Parente — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — João Lobo — César Cals — José Lins — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Amaral Peixoto — Jamil Haddad — Alfredo Campos — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Gastão Müller — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Octávio Cardoso.

E OS SENHORES DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Wildy Vianna — PMDB.

Amazonas

José Fernandes — PDT; Josué de Souza — PFL.

Rondônia

Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Gerson Peres — PDS; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Minas Gerais

Altair Chagas — PFL; Carlos Eloy — PFL; Carlos Cotta — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jorge Ferraz — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; Leopoldo Bessone — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Mário Assad — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Paulino Cícero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Sílvia Alves — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PTB; Aurélio Peres — PC do B; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Djalma Bom — PT; Estevam Galvão — PFL; Farabulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PPB; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; José Genoíno — PT; Márcio Santilli — PMDB; Mário Hato — PMDB; Moacir Franco — PTB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Salles Leite — PDS; Sólton Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB

Goiás

Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Márcio Lacerda — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Sérgio Cruz — PDT.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PFL; Ary Kffuri — PDS; Ítalo Conti — PFL; José Tavares — PMDB; Norton Macedo — PFL; Oscar Alves — PFL; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Santos Filho — PFL.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Cacildo Maldaner — PMDB; Evaldo Amaral — PFL; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PFL; Pedro Colin — PFL; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Augusto Trein — PDS; Darcy Pozza — PDS; Erani Müller — PMDB; Guido Moesch — PDS; Hermes Zanetti — PMDB; Hugoardini — PDS; João Gilberto — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Nadyr Rossetti — PDT; Oly Fachin — PDS; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rubens Ardenghi — PDS; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Clarck Platon — PMDB.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PTB; Mozarildo Cavalcanti — PFL

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 27 Srs. Senadores e 189 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão

Há oradores inscritos para o período destinado a breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Sólton Borges.

O SR. SÓLTON BORGES (PTB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A publicidade no Brasil tem apresentado pontos altos — de requinte técnico, com uma técnica realmente apreciável. Mas às vezes resvala para a infelicidade. Exemplo disso está na propaganda que vêm fazendo alguns produtos comerciais, na televisão. Essa propaganda atinge em cheio a imagem do Professor brasileiro — está sendo comum, agora, apelar para a ridicularização dos professores na publicidade comercial, na televisão brasileira. E em São Paulo há um movimento de repulsa a esse tipo de publicidade apelativa. A categoria dos professores, o magistério, se rebela contra esse desrespeito, que chega às vezes ao achincalhe.

Desejo proceder, agora, à leitura de um requerimento que foi aprovado, por unanimidade, pela Câmara Municipal de São José do Rio Pardo, no meu Estado, e que se manifesta estranhando e condenando esse tipo de publicidade vexatória para o magistério brasileiro:

REQUERIMENTO/86

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, que se oficie ao Senhor Gilberto Carlos Leissert, DD. Diretor do CONAR — Conselho Nacional de Auto-Regulamentação de Publicidade, em São Paulo, manifestando-lhe a estranheza desta Casa pela apresentação de propaganda em favor do produto Melissa (sapato) a qual, em duas oportunidades, enfatiza o desrespeito ao professor, fato esse que esta Casa não pode aceitar, considerando-o como prejudicial junto à clientela escolar.

Desde que aprovada, que se encaminhe cópia da presente proposição ao Doutor Paulo Renato Costa Souza, DD. Secretário da Educação; ao Senhor Presidente do Centro do Professorado de São Paulo e à Direção da Grendene do Brasil e à Delegacia de Ensino de Casa Branca.

Sala das Sessões, 22 de abril de 1986. — **Laércio Jacob**, Vereador.

Justificação

A importância do trabalho desenvolvido pelo professor de primeiro grau é incontestável sob vários aspectos:

— ele oferece à criança a primeira oportunidade de uma convivência fora do meio familiar, além dos ensinamentos iniciais de uma vida escolar, colocando o lápis na mão da criança;

— contribui para o fortalecimento da cidadania; do estabelecimento dos conceitos sociais; informa sobre as medidas vigentes, enfim, molda um cérebro ajustando-lhe o seu potencial à realidade da criança.

Os apelos promocionais veiculados através da televisão facilitam o entendimento do indivíduo, porque, de forma rápida e maneirosa atingem dois órgãos dos sentidos (visão e audição) que, por sinal são convenientemente explorados nos planos de aula, considerando-se que a criança até a idade de 11/12 anos, não efetua abstrações, ressaltadas, aqui, as diferenças individuais.

Em duas oportunidades, o produto Melissa se vale da propaganda na televisão, enfatizando mensagem pejorativa à figura do professor.

No primeiro caso, com referência ao sapato, foi utilizado como objeto de apelo o relógio, onde é flagrante a intenção da criança em ludibriar a mestra, como justificativa de sua entrada tardia à classe; no segundo, o ponto focalizado é o estojo de maquiagem, onde a criança evidencia os aspectos físicos da mestra como fatores negativos a sua apresentação.

A propaganda sempre foi e continuará sendo a alma de todo e qualquer negócio, porém, deve ocorrer de forma objetiva, sem denegrir uma instituição.

A criança já é propensa à desobediência e contrária às ordens, o que é muito natural, pois é próprio da sua faixa etária.

Após esses apelos promocionais, onde a figura do professor está ridicularizada e em horário nobre, mais que nunca ela insistirá em permanecer fiel ao grupo e adversa à instituição.

Justifica-se, portanto, a presente proposição, na medida em que manifesta o posicionamento desta

Casa em face da infelicidade da promoção, mesmo porque os produtos Melissa são ótimos e não necessitam de apelos promocionais desse teor.

Sala das Sessões, 22 de abril de 1986. — **Laércio Jacob**, Vereador.

Com este documento, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, faço também o meu protesto contra esse tipo de publicidade e espero que a capacidade dos publicitários do Brasil se faça a serviço das boas causas, abandone e descarte essa apelação que é infeliz, de mau gosto e desrespeitosa para os professores.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Victor Faccioni.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Pouco se tem divulgado, até hoje, sobre a atuação dos Capuchinhos no Brasil, essa gente excepcional, tanto quanto à moral e à religião, como pela coragem e inteligência que, com seu trabalho generoso, heróico, constante e na maioria das vezes anônimo, tanto contribuiu para dar estrutura a obras que servissem de instrumento e propagação da fé e paralelamente participando do progresso da comunidade. Aonde chegaram os Capuchinhos sempre se deu o progresso, pois a par da pregação espiritual, eles sempre cuidaram de orientar a comunidade para o trabalho que dignifica, e para o progresso e desenvolvimento, que integra e desenvolve as potencialidades da pessoa humana.

Na verdade, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, estes religiosos da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, pertencentes a um ramo da frondosa árvore franciscana, exerceram suas atividades como pregadores e missionários em vários pontos do Brasil, em especial no meu Estado, o Rio Grande do Sul, mas, lamentavelmente, nem sempre houve o cuidado de acumular documentos ou de registrar a ação comunitária desses missionários.

E foi com o intuito de resgatar essa página de nossa História, com o objetivo de contribuir especificamente para um melhor conhecimento da atuação dos Capuchinhos Italianos em nosso meio, que Mário Gardelin, professor da Universidade de Caxias do Sul, capacitado pesquisador e conhecido historiador gaúcho, realizou interessante pesquisa sobre os Missionários Capuchinhos Italianos no Brasil. Propõe-se o autor, com esse magnífico trabalho, a contribuir para que a atividade evangelizadora desses missionários seja mais divulgada, "eis que estamos em face de uma página de nossa História que permanece adstrita aos arquivos e estes nem sempre completos".

Assim, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tendo em vista o valor intrínseco do estudo realizado pelo renomado professor Mário Gardelin, que representa inclusive um valioso subsídio para todos os estudiosos e admiradores da obra dos Capuchinhos, e como homenagem e reconhecimento pelo muito que eles representam e fizeram pela minha terra, solicito o registro desta pesquisa nos Anais desta Casa.

Eis, na íntegra, o texto do mencionado trabalho:

MISSIONÁRIOS CAPUCHINHOS ITALIANOS NO BRASIL

Mário Gardelin
Prof. da Universidade de Caxias do Sul

Na cristianização do Brasil, dá-se especial destaque à ação dos jesuítas. E é justa. A presença do clero secular encontrou no Pe. Arlindo Rubert (1) um capacitado pesquisador e competente historiador. Conhecida é a ação dos franciscanos, carmelitas, mercedários e oratorianos. Poucos, porém, avaliam o que fizeram os missionários capuchinhos italianos. Propomo-nos, através deste apêndice, contribuir para que sua atividade evangelizadora seja mais divulgada, pois, estamos em face de uma página de nossa história que permanece adstrita aos arquivos e estes nem sempre completos. Para o autor, constituiu surpresa total, ainda que se acredite um tanto lido em assuntos eclesiais. E teve a atenção para ela despertada, ao constatar que, na fundação da cidade do Rio Grande, atuaram dois capuchinhos italianos, Frei Antô-

nio de Perugia e Frei Anselmo de Castelvetro. Quem seriam? Solicitou informações das cidades de origem e estas foram abundantes. Ambos haviam sido enviados para missionar o Congo. Vendavam atiraram com suas naus ao Rio de Janeiro e aqui ficaram, desempenhando intensa atividade. Em Rio Grande, em 1737, chegaram a fundar um pequeno convento que, na terminologia capuchinha, se chamava "hospício". Ambos eram homens da mais alta virtude e cultura, e desfrutavam da proteção pessoal de Dom João V. Era evidente que estas notícias davam uma visão mais clara da epopéia da presença de Silva Pais, em nossa terra. Devo a Frei Alberto Stawinski, primoroso historiador capuchinho, informações adicionais e acesso a "Capuchinhos em Terra de Santa Cruz", de Frei Fidelis Motta de Primério O. Fr. Min. Cap. e "Os Missionários Capuchinhos no Brasil," de Frei Modesto Rezende de Taubaté O. M. C. e do mesmo Frei Fidelis Motta de Primério O. M. C. (?).

I. — Quem são os Capuchinhos?

É uma reforma da frondosa árvore franciscana. Inicia-se em 1525, de parte de Mateus de Basci, que integrava a Ordem dos Observantes. Desejava ele maior rigor na vida religiosa. Adotou um traje, com capuz, que acreditava fosse o de São Francisco de Assis; rejeitou os grandes conventos e advogou a pobreza, a santa pobreza. Aliás, observaremos que os capuchinhos vindos ao Brasil sistematicamente se destacaram pelo apeço a modestíssimos conventos e a trajes paupérrimos, o que lhes conquistou o coração do povo e lhes deu imensa força na pregação. Em 1612, os Capuchinhos, tornaram-se independentes dos conventuais e passaram a ter o seu Ministro Geral. Floriam de forma espantosa. O punhadinho de barbadinhos, segundo dados colhidos por Frei Alberto Stawinski, chegou a 60.000. Sofreram e participaram de todas as vicissitudes da Igreja Católica, caindo o seu número, com o andar dos séculos, a 7.000. Mesmo assim, durante quase duzentos anos se fizeram presentes à História do Brasil, com um empenho e um denodo que lhes dá um lugar de primazia inavaliável. E lhes permite ficar desconhecidos. Antes de entrar propriamente no assunto que nos propusemos, de dar uma idéia sobre a ação missionária, será bom lembrar que eles não constituíram, entre nós, a Ordem nos termos em que existia na Itália, com suas províncias e seus noviciados. Nunca abriram uma casa de formação. Acreditavam mesmo que tal não seria possível, dadas as peculiaridades locais. Com isso, os missionários não encontravam substitutos na terra. E as províncias da Itália, especialmente do Sul, ano após ano embarcavam os seus frades e os lançavam aqui. Havia evidentemente regulamentos, como o septênio (após sete anos o frade tinha direito de regressar à terra natal). O normal, entretanto, era serem destacados para o interior, destinados a uma tribu ou localizados numa paróquia. E isto, tantas vezes, longe dos centros. Terminada a tarefa inicial, as populações, carentes de sacerdotes, reclamavam cá e lá sua presença e o frade, totalmente assimilado aos nossos costumes, permanecia até à morte. Não há, assim, um plano de trabalho, se podemos usar o termo, e sequer temos uma estrutura da ordem, que mantenha os frades gravitando ao redor de seus "hospícios". São sementes, que se jogam às necessidades do povo e este termina utilizando seus serviços, onde são mais reclamados e maior é o desejo. Os frades, desta forma, são luzes que surgem aqui e acolá; brilham por anos e anos e depois se apagam. É um trabalho generoso, heróico e constante. Nem sempre há o cuidado de acumular documentos ou de fixar a ação desses missionários. O esquecimento apaga seus passos. Arquivos preciosos se perdem, porque os frades devem abandonar tudo. Às vezes, são expulsos. Outras, não se dão ao trabalho de deixar por escrito o que fizeram. E quando a província na Itália se afasta do nosso cenário, não temos mais aquela continuidade que é requerida. Por fim, quando os governos peninsulares seqüiosos de dinheiro, metem a mão sobre os "hospícios", preciosíssima documentação desaparece.

No tocante ao Rio Grande do Sul, temos a presença capuchinha a partir de 1896. São franceses os primeiros missionários. Parece que de início pouco contacto eles mantinham com as demais províncias brasileiras. Suas raízes eram a Savoia e sequer a Itália. É natural que houvesse um certo desconhecimento.

Se os jesuítas, ao menos em algumas partes de nosso território, têm o mérito de haver semeado a fé da infância do Brasil; os capuchinhos são aqueles que a firmaram nos dias da virilidade.

2. — Os Capuchinhos Franceses

Cabe aos capuchinhos franceses a primazia de haver missionado no Brasil. Estão vinculados à ação colonizadora de Daniel de La Touché, Senhor de La Ravardiere, no Maranhão, em 1612. É uma rápida presença, que se conclui em 1614. Expulsos os franceses, acompanharam-nos, já que sua presença não era desejada pelas autoridades portuguesas. A escolha dos primeiros missionários merece ser recordada. Foi aberto o voluntariado na Província religiosa capuchinha, de Paris. Uma solicitação, neste sentido, de Maria de Medici foi lida no Refeitório. Quarenta frades apresentaram-se de imediato para rumar às longínquas terras. Quatro foram escolhidos: Frei Ivo de Evreux; Frei Cláudio de Abbeville, que nos deixaria preciosa relação; Frei Ambrósio de Amiens e Frei Arsênio de Paris. Na hora da expulsão, ficam entre cristãos vindos da França e índios catequizados 20.000 católicos. E isto, em dois anos! A missão constou

3. — Capuchinhos Bretões

Depois dos capuchinhos parisienses, o Brasil recebeu a colaboração dos da Província da Bretanha, também franceses. Os capuchinhos bretões haviam fundado missões na Guiné e para lá enviavam seus sacerdotes. Era uma região sujeita a enfermidades e malsã. Em 1641, seguiram alguns missionários, embarcados em galeões espanhóis. Estavam a esse tempo os holandeses ocupando o Brasil. As naus foram apanhadas e os frades conduzidos prisioneiros a Pernambuco. Maurício de Nassau permitiu-lhe o ministério religioso e devem ter sido alojados em Olinda, nas dependências da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres. Os frades eram Colombino de Nantes, Hugo de Ancenis, Jorge de Comburgo e Bonício de Quimper, este irmão leigo. A Propaganda Fide autorizou a permanência dos frades. Atuaram contra a presença holandesa e os historiadores destacam sua combatividade e defesa da fé. Dedicaram-se também à catequese dos índios. Os Missionários Bretões permaneceram no Brasil até 1699. Deixaram paulatinamente nossa terra, por divergências entre Roma e Lisboa. O Rei de Portugal entendia que só súditos portugueses deviam ser missionários em suas possessões. Ou que, sendo estrangeiros, prestassem juramento de fidelidade.

4. — Os Capuchinhos Italianos

A presença dos capuchinhos italianos no Brasil está associada às missões do Congo e Angola. Vários foram os grupos de religiosos que se dedicaram à evangelização dessa parte da África. Os capuchinhos surgem em 1645, sendo seis italianos e seis espanhóis. A decisão de enviar missionários coube à Propaganda Fide e a notícia despertou o maior entusiasmo entre os religiosos italianos. Quatrocentos ofereceram-se como voluntários. Em 1649, foram destacados 45, mas, na viagem, empenharam-se em assistir a pestosos e apenas 18 chegaram ao destino. De 1645 a 1805, 453 missionários deixaram a Itália para o Congo. É um número altamente expressivo. Sofrimentos, dificuldades e mortes eram tão comuns, que o Congo era conhecido como, "sepulcro de missionários".

As calmariás, empecilho poderoso à navegação, faziam com que as viagens ao Congo e Angola se fizessem pelo Brasil. Era mais fácil e seguro partir de Lisboa e atingir à costa brasileira e daí seguir para a África. Utilizavam-se os portos de Pernambuco, Salvador e Rio de Janeiro. Os capuchinhos eram tão populares e tão estimados, que os capitães consideravam fator de sorte e segurança poder ter um capelão a bordo. E não havendo sacerdotes, bastava um simples irmão leigo.

O Brasil também era aproveitado pelos missionários enfermos, como lugar de cura. Não podendo melhorar a saúde na África, transportavam-se às cidades de nosso litoral.

Todo capuchinho italiano que ia à África devia aprender o português. Era a língua dos marinheiros e nas missões havia mestres ou tradutores que só falavam essa língua e eles serviam de intérpretes junto aos pretos. Os italianos do Sul deviam aprender com facilidade nossa língua, pois, já ao desembarcar em solo brasileiro estavam habilitados ao exercício do magistério.

Os primeiros capuchinhos italianos que passaram pelo Brasil foram Pe. Frei Boaventura de Tagia, Pe. Frei Francisco de Ventimiglia, Pe. Frei Salvador de Gênova, e o Irmão Frei Pedro de Dulcedo. Partiram de Gênova em 15 de fevereiro de 1644. De Lisboa a Salvador empregaram 63 dias. Hospedaram-se junto aos Menores Observantes. Recusaram a hospitalidade do Governador João Teles da Silva. Era demasiado fausto para os pobres missionários. Ficaram quatro meses na Bahia. Aí pregaram pelo bom êxito das armas portuguesas contra os holandeses. A 2 de dezembro de 1645 prosseguiram viagem para o Congo, onde, pelo espaço de três meses se entregaram às suas atividades, com grandes resultados. Caíram, então prisioneiros dos holandeses, que os reexcediram, em trópega nau, ao Brasil. Numa viagem cheia de peripécias e sofrimentos, após 28 dias, chegaram a Pernambuco. Hospedaram-se na residência de um católico francês. A casa transformou-se em convento e centro religioso. Daí, foram os frades expulsos para a Holanda, e em 18 de maio de 1647 estavam em Roma.

Durante mais de cinquenta anos, os frades, destinados ao Congo, passaram pelo Brasil e esporadicamente aqui se detendo para atividades apostólicas. Todo missionário, após sete anos, tinha o direito de retornar à pátria. O movimento dele, portanto, pelos portos brasileiros, era apreciável.

Os Missionários Italianos obedeciam a superiores radicados no Brasil, dependentes diretos da Propaganda Fide. Denominavam-se Prefeitos e havia três Prefeituras: Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

A Prefeitura da Bahia tem início em 1712. Nela serviram 159 religiosos, destacando-se pela observância estrita de suas regras, assistência aos enfermos, envigelação dos índios, pregação de missões no sertão, etc.

Foram Prefeitos da Bahia: Pe. Frei Miguel Anjo de Nápoles; Frei Anselmo de Adorno; Frei Possidônio della Mirandola; Frei Francisco de São João; Frei Romualdo de Borgo S. Sonino; Frei Barnabé de Tedaldi; Frei José de Monticelli; Frei Eleutério de Milão; Frei Luiz de Savignano; Frei Lourenço de Montalbodo; Frei Clemente de Adorno e Frei Ambrósio de Rosa (1839).

Na Prefeitura de Pernambuco, criada em 1725, destacam-se como Prefeitos: Frei André de Mornico; Frei Carlos de Spezia, Frei Boaventura de Pontremoli; Frei Feliz de Módena; Frei Carlos de Ferrara; Frei Juvenal de Albano; Frei Paulo de Burgio; Frei Benedito de Rovigo; Frei Constantino de Parma; Frei Joaquim de Cento e Frei Francisco de Gradisca; Frei Agostinho de Menonte; Frei Joaquim de Afragola e Frei Paulo de Gênova (1831).

Os capuchinhos italianos de Pernambuco também foram alvo da antipatia do Marquês de Pombal.

A presença dos capuchinhos no Rio de Janeiro foi casual. Frei Jerônimo de Monreale e Frei Antônio de Perugia iam destinados à África, quando arribaram ao Brasil, em 31 de maio de 1721. Contaram com a antipatia dos frades do convento de Santo Antônio, mas com o favor das autoridades, que patrocinaram sua atuação religiosa. Apesar de não conhecerem bem o português, suas ideias tiveram excelente repercussão. O Governador Aires de Saldanha solicitou do Rei Dom João V a permanência no Brasil dos missionários, e este concordou. A autorização de permanência, entretanto, foi tomada depois de uma sindicância detalhada, pois, os frades franciscanos se opunham, sob o argumento que eram estrangeiros, e que não se adaptariam e nem corresponderiam ao Brasil. Os dois frades foram aproveitados pelo Bispo, que os mandou como precursores, em sua visita pastoral. Três anos eles andaram pelos sertões, missionando e pregando. Curioso é que, enquanto os capuchos caíam no agrado popular e conquistavam o respeito das autoridades, os franciscanos bombardeavam o Rei com manifestos. Em sua defesa, as autoridades ponderavam que os capuchos eram homens de vida santa e que, no tocante às esmolas, apenas aceitavam o indispensável para viver, usando trajes humildes e rotos, tudo dentro de uma visão evangélica perfeita. Aos dois frades, outros vieram em auxílio, entre eles Pe. Frei Luiz Maria de Foligno e Pe. Frei João Francisco de Gubio. Novo auxiliar surgiu na figura de Pe. Frei Anselmo de Castelvetro, que em 1720 fora mandado a Angola, onde missionara e estava de regresso à Itália, quando, ao aportar ao Rio, encontrou novos trabalhos e aqui ficou. Foi ele que, com o Pe. Antônio de Perugia, veio ao Rio Grande, participando

da fundação da cidade. Sua escolha, como capelão da nau juntamente com Pe. Frei Anselmo de Castelvetro, se deu por disposição pessoal de Gomes Frei de Andrade. Frei Anselmo no mesmo ano regressou à Itália.

A ação dos frades no Rio de Janeiro causou excelente impressão em Roma e a Propaganda Fide entendeu que era chegado o momento de elevar a missão à categoria de Prefeitura e foi nomeado Frei Antônio de Perugia, como seu titular. Em 1738, veio da Bahia, para auxiliar os confrades, Frei Anselmo de Adorno, que, ciente da boa situação, "despediu-se deste hospício com bons termos, e foi-se com seu breviário e bordão, a pé, através da capitania do Espírito Santo, por caminhos perigosos, missionando até a Bahia". Ainda nesse ano, vieram da Itália Pe. Frei Jacinto de Foligno, úmbrico, Pe. Frei Sebastião de Palansa, milanês, Pe. Frei Pedro de Schio, veneto, e Pe. Frei Mariano de Piano, toscano.

A Prefeitura do Rio de Janeiro teve os seguintes titulares: 1737, Pe. Frei Antônio de Perugia; 1743, Pe. Frei Jerônimo de Monte Reale; 1750, Pe. Frei Antônio de Perugia; 1763, Pe. Frei Félix Maria de Cremona; 1777, Pe. Frei Antônio Maria de Veneza; 1789, Pe. Frei Fernando de Placência; 1795, Pe. Frei Francisco de Alba Pompéia; 1807, Pe. Frei Serafim de Acqui.

5 — Fundação de Rio Grande

Cabe aqui um pequeno parêntesis. Devemos destacar a presença capuchinha na fundação de Rio Grande. Encontrava-se com as tropas do Brigadeiro José da Silva Pais o Pe. Frei Antônio de Perugia, que viera como capelão de nau. Participou da fundação de Rio Grande e dos trabalhos iniciais. Teve ele, juntamente com o proveito Frei Anselmo de Castelvetro, oportunidade de travar relações com os índios, a que as crônicas identificam como minuanos. Como missionário, anteviu a possibilidade de iniciar um frutuoso serviço de cataquese e determinou fosse erguido um pequeno hospício, isto é, um convento. Fez descer do Rio de Janeiro o Pe. Frei Francisco de Gubio e Pe. Frei Sebastião de Palansa. É sob a direção deles que um modesto rancho foi construído, e que passou a servir de convento. São imprecisas as informações, mas se acredita que o conventinho foi construído nas imediações da vila. Ao lado do convento, fundaram uma ermida, a Nossa Senhora do Rosário. Passaram imediatamente ao trabalho: um dos freis iria em procura dos índios, enquanto o outro daria assistência à população e aos soldados das fortalezas. Do Rio, logo mais, veio o Pe. Frei Maria de Piano.

Os índios foram contatados, batizada uma família e casada uma índia. Perceberam os freis, porém, que o local não era indicado para missões volantes. Deixaram o rancho e a ermida e regressaram ao centro do país. Foram substituídos pelos padres de Santo Antônio. Os capuchinhos voltaram mais vezes ao Rio Grande, para pregar missões. Entre outros, recordam-se Pe. Frei Jacinto de Foligno e Pe. Frei Luiz de Foligno.

Enquanto isto, Pe. Frei Anselmo de Castelvetro encontrava-se em Palermo, recolhido à sua cela. Era um homem venerável, de alvas barbas e aspecto patriarcal. Entregava-se a prolongadas meditações e avultavam do passado as imagens de Angola. Voltara à pátria cheio de trabalhos e com uma consciência delicada. Parecia-lhe inadequado não ter ele, como tantos outros confrades, tombado no campo de luta, como cabe a um verdadeiro missionário. Sua saúde estava abalada. Não daria certamente para ir à África, entre seus amados negros. Tinha saudades do Brasil e pediu aos superiores que lhe permitissem de novo atravessar o mar. Teve deferido o pedido e veio ele para o Rio de Janeiro. Dedicou-se à pregação, à assistência religiosa e sua igreja, ao lado do "hospício", passou a ser muito buscada pelo povo. A ele se deve a construção da Igreja de São Francisco de Paula, de que era devotíssimo. E ficou no seu posto, até que em 1761 começou a queixar-se de falhas de memória. Entendeu que era hora de, em sua cela, preparar-se para a grande viagem. Morreu em 24 de maio desse ano.

Quanto a Frei Antônio de Perugia consagrou todas as suas forças à missão. Veio a falecer no Rio de Janeiro em 1º de maio de 1964, deixando fama de virtude, dedicação e santidade.

6. Expulsões

Os missionários italianos enviados ao Rio de Janeiro foram em menor número daqueles que foram à Bahia.

Alguns nomes se destacam: Pe. Frei João de Capo Fiume; Pe. Frei Francisco Maria de Todi; Pe. Frei Pacifico de Gubio; Pe. Frei Francisco Antônio de Nove; Pe. Frei Ubaldo de Parma; Pe. Frei Felix de Cremona; Pe. Frei Serafim de Pinerolo; Pe. Frei Tiago de S. Salvador; Pe. Frei Ubaldo de Pina; Pe. Frei Pedro de Veneza; Pe. Frei Vitorio de Cambiasca; Pe. Frei Salvador de Verceli; Pe. Frei Antônio Maria de Veneza; Pe. Frei Marcelo de Gradisca; Pe. Frei José de Cagliari; Pe. Frei Ângelo de Luca; Pe. Frei Fortunato de Fasano; Pe. Frei Camilo de Gorizia; Pe. Frei João Antônio de Luca; Pe. Frei Francisco Antônio de Alba; Pe. Frei Serafim Daqui, etc.

Com base no Rio de Janeiro, dedicaram-se à catequese dos índios, à direção de paróquias, a obras de caridade e construção e instrução, atendendo às necessidades segundo as mesmas se apresentavam. A ação dos missionários foi sempre objeto de grande estima e de imenso apreço.

A Regência vibrou-lhes um golpe muito forte. Por decreto de 25 de Agosto de 1831, foram proibidos de atuar em Pernambuco. Alguns voltaram para a Itália. Outros, afundaram nos sertões onde continuaram a sua obra benfazeja. Eram acusados de serem jesuítas disfarçados.

A missão do Rio de Janeiro foi definindo em decorrência da não substituição dos religiosos. A da Bahia encontrava-se também com poucos elementos. Tudo indicava que a ação fecunda dos italianos, tantas vezes exaltada, chegava ao fim.

7 — Os Capuchinhos italianos no Império

As relações entre o Império e a Santa Fê, na Regência, especialmente com o Pe. Feijó, não foram das melhores. O Regente Araújo encarregou-se de dar-lhe uma nova dimensão. Em consequência, em aviso de 18 de janeiro de 1840, o Governo determinava ao representante diplomático em Roma, que diligenciasse a vinda de missionários capuchinhos italianos, destinados a algumas províncias brasileiras. O governo pagaria a passagem e daria mais 500 réis de diária aos religiosos. Mons. Fabri, encarregado dos negócios da Santa Sé, recebeu idêntico pedido.

Em decorrência, foram enviados nesse mesmo ano de 1840, seis missionários: Pe. Frei Fidélis de Monteseano; Pe. Frei Carlos de Porto Maurício; Pe. Frei Agostinho de Barberino; Pe. Frei Francisco Ângelo de Taggia; Pe. Frei Pedro Maria de Bra e Pe. Frei Luiz de Alma Pompeia. Provisoriamente hospedaram-se no Mosteiro de São Bento, passando em seguida à Igreja de São Sebastião no Morro do Castelo, em que estava o túmulo de Estácio de Sá.

Em 1842, vieram Pe. Frei Samuel de Todi, lombardo; Pe. Caetano de Troina, Messina; Pe. Serafim de Petraglia, Messina; Pe. Egidio de Gressio, Piemonte; Pe. Alexandre de Bene, Roma; Pe. Pedro Paulo de Geriana, Umbria; Pe. Ildefonso de Genova, genovês; Pe. Fidélis de Jesi, Marcas; Pe. Agostinho de Casarano, Otranto; Pe. Angelo de Gorotaglia, Otranto; Frei Benedito de Piarolo, Roma e Frei Bernardo de Geriana, Roma. Tiveram diversos destinos, seguindo uns para o Pará, Sergipe, Bahia, etc.

Delicada questão surgiu entre o Governo e os missionários, cuja presença era requisitada. Determinou-se que parcialmente seriam designados da obediência aos superiores, ficando subordinados aos bispos. O fato provocou protestos do representante da Santa Sé e só foi satisfatoriamente resolvido em 1862.

Nos anos seguintes, novas levadas de missionários aportaram ao Brasil. Em 1844, dezessete sacerdotes; 1846, oito; 1847, dez; e assim todos os anos chegaram novos reforços, até 1855. As levadas maiores foram dos primeiros anos, num total de cinquenta missionários. O governo em 1840, insistia a fim de que fossem enviados mais 40 frades.

A ação dos capuchinhos foi objeto dos maiores elogios, notadamente nos relatórios oficiais, pois os missionários conseguiram satisfazer as maiores expectativas.

Neste resumo, entretanto, é preciso que anotemos a atuação dos capuchinhos italianos, em alguns momentos ou particularidades especiais de nossa história.

8. — Os Frades e a Escravidão

A história da escravidão no Brasil é ainda escrita sob as luzes da campanha da abolição, que impede uma visão realista. As ordens religiosas, de um modo geral, ti-

nam escravos. E os capuchinhos, neste assunto, deixaram alguns fatos e instruções, que devem ser recordados. O Pe. Frei Fabiano de Scandiano, Comissário-Geral no Rio de Janeiro, recebera de Frei Félix de Lipari informações de que se verificavam, aqui e acolá, alguns abusos. Em 28 de agosto de 1849 o encerregado de negócios da Santa Sé, Pe. Antônio Borges chamara sua atenção para o fato de que o Pe. Gregório de Bene usara linguagem inadequada a respeito da escravidão, condenando-a, o mesmo acontecendo com outros sacerdotes. O Pe. Scandiano, que foi comissário-geral de 1846 a 1859, portanto, muito antes das campanhas e movimentos de opinião pública, enviou uma circular a todos os seus subordinados, traçando normas. Nela, releva-se um abolicionista convicto. Permitimo-nos uma rápida síntese: começa afirmando que a caridade de Cristo imana todos os homens e não conhece distinções; recorda os títulos que autorizam a escravidão, mas não podem ser invocados em relação ao Brasil; recorda as prescrições da Santa Sé a esse respeito, repele as razões que se invocavam para legitimar a escravidão, especialmente o argumento de que os escravos não saberiam o que fazer da liberdade; diz que os maus tratos aos escravos concorrem para embrutecê-los e torná-los péssimos; insiste no dever de instruí-los e educá-los para civilizá-los e tornar melhor a sua situação. As normas práticas, que ele estabeleceu, determinam que escravo algum, sob pretexto algum, pode ser vendido. Admite que os superiores de hospícios ou de missões possam eventualmente adquirir um ou mais escravos, mas nunca um missionário isoladamente, e estes, como norma geral, não os podem ter a seu serviço pessoal. Tão logo seja comprado um escravo, ser-lhe-á dada a carta de alforria, que será entregue oportunamente, isto é, num prazo máximo de seis anos. Em outras palavras, depois de seis anos de serviço, o escravo é libertado. A libertação devia ser precedida pela instrução dele nos assuntos da religião. Quaisquer maus tratos, especialmente pancadas e o castigo do tronco, eram vedados com toda energia. Admita, no máximo repreensões, que deveriam ser sempre moderadas e paternais.

Na verdade, escravo que devesse prestar serviços aos frades, era um homem livre, que deveria trabalhar, no máximo, por seis anos.

9. — Grandes Missionários

Frei Caetano de Messina, que foi comissário-geral, nomeado em abril de 1861, é um dos grandes missionários do século passado e que deixou fama imperecível. Durante trinta anos, trabalhou em Pernambuco. No Rio de Janeiro, tanto como superior, quer como frade, ao lado de uma atividade incansável, ele e os seus deram provas de heroísmo no decorrer das epidemias de febre amarela e de varíola. Onde houvesse um enfermo, que deles precisasse, estavam presentes, arriscando, com alegria, suas vidas. Frei Caetano era incansável na administração dos sacramentos e na pregação. Pregou missões continuamente. Construiu colégios, reformou igrejas; instituiu orfanatos; dotou localidades de água potável. Não dispunha de capitais e nem sempre se preocupava com questões burocráticas. Apelava à colaboração popular e a figura do frade, paupérrimo e humildade, eletrizava os corações. Não tinha receio algum de molestar as autoridades, tanto assim que houve sindicâncias a seu respeito. Era muito estimado pelo Imperador Pedro II e muito mais pelos humildes, que nele confiavam que qualquer situação. Morreu no Uruguai, pois também era superior dos capuchinhos de lá. Tinha 71 anos de idade.

Frei Fidélis de Ávila foi nomeado comissário em agosto de 1880. Veio ao Brasil em 1862, tendo iniciado pelo seu apostolado em Pernambuco. Ao ser iniciada a Guerra do Paraguai, foi destacado para chefiar um grupo de capuchinhos que devia acompanhar as tropas, juntamente com os capelões militares. Teve como companheiros Pe. Frei Salvador de Nápoles (que mais tarde foi arcebispo de Otranto); Frei Gabriel da Barra; Frei Jerônimo de Montefirito; Frei Gregório de Prato; Frei Joaquim de Canicát e Frei José de Montefirito. Frei Fidélis serviu com o Gal. Osório e com o Duque de Caixas. Era na barraca deste último que, muitas vezes, celebrava a missa. Dele dizia o Duque: "Tirem-me tudo, menos Frei Fidélis". No decurso das batalhas, revelava uma coragem inaudita. Acompanhava os soldados ao ataque, socorria os feridos, carregava-os nos braços para retaguarda e infundia coragem e valor. Em 11 de dezembro de

1868, no momento em que dois batalhões eram rechaçados pela cavalaria paraguaia. Frei Fidélis apareceu diante dos infantes e deteve a retirada. A figura imponente do frade, de burel esfarrapado, crucifixo na mão, devolveu a todos as coragem. Voltaram à carga, vitoriosos.

Os historiadores e as ordens do dia destacam que todos os capuchinhos se notabilizaram pela dedicação, especialmente no trato aos enfermos. Uma recomendação de Frei Fidélis era uma ordem. Conta-se que após um combate, como represália, um dos generais determinou que certo número de prisioneiros paraguaios fosse fuzilado. Frei Fidélis pediu por eles, mas nada obteve. Formados os batalhões, passou-se à execução. Então, o frade, de crucifixo em punho, em seu português italianado, exclamou: "General, em nome de Cristo aqui crucificado, eu vos imploro que perdoeis a estes desgraçados, porque eles não sabem o que fazem". O oficial não teve dúvidas: cancelou a execução.

Terminada a guerra, Frei Fidélis foi nomeado administrador apostólico do Paraguai, em substituição ao Bispo local, que havia falecido. Dom Pedro II encaminhou seu nome para ser sagrado Bispo da República, mas as leis locais não permitiam que um estrangeiro ascendesse ao episcopado.

Frei Fidélis foi um ardoroso abolicionista. Aproveitou o seu prestígio para conseguir numerosas cartas de alforria.

Depois de desempenhar intensa atividade, carregado de méritos, estimado especialmente pelo Imperador (que o visitou no convento, honra jamais tributada a qualquer religioso), morreu em 2 de setembro de 1896. Recebeu honras militares, como Te.-Cel. do Exército brasileiro.

Frei Gabriel da Barra caiu prisioneiro de Lopes e conseguiu fugir. Facilitou a fuga de diversos oficiais brasileiros prisioneiros. Foi em seguida professor no Seminário de Assunção. De volta ao Brasil, morreu com 72 anos, em 2 de fevereiro de 1915, no Rio de Janeiro.

Frei Gregório de Prato trabalhou na esquadra, especialmente na ilha de Cerrito. Também foi professor do Seminário de Assunção.

Frei Jerônimo de Montefiorito destacou-se pela sua caridosa atuação junto aos pestosos, a que assistia com grande dedicação. Quase morreu durante a guerra, por enfermidade apanhada em serviço. Administrou o Seminário de Assunção. Voltando ao Brasil, continuou trabalhando incansavelmente. Assistiu a Guerra dos Canudos. Morreu em 1900.

Alguns capuchinhos devem, ainda, ser recordados na Guerra do Paraguai. Frei Mariano de Bagnaia era missionário em Mato Grosso. Aldeou 3.000 índios. Foi vigário em Nioac, onde construiu a igreja. Tendo a localidade sido conquistada pelos paraguaios, com grande número de paroquianos refugiou-se na floresta. Seguro, ficou pesaroso ao saber que os que haviam permanecido em Nioac eram maltratados. Achou que o dever do bom pastor era ficar com o seu rebanho. Apresentou-se ao comandante paraguaio e advogou a causa de sua gente: tudo inútil. Teve ainda o desprazer de ver a igreja, construída com tanto sacrifício, profanada e devastada. Trovejou sua indignação, ouvida com respeito pelos guaranis. Feito prisioneiro, foi levado a Assunção e aí encontrou outro frade capuchinho. Condenado à morte, salvou-se a nado, atravessando um rio. Foi salvo pelos soldados brasileiros. O frade que Frei Mariano de Bagnaia encontrou no Paraguai chamava-se Frei Ângelo de Caramanico. Lopes determinou que Frei Ângelo fosse açoitado e recebeu, assim, mais de cem golpes. Depois foi decapitado.

Frei Mariano voltou ao Brasil. Trabalhou ainda longos anos. Traumatizado pela guerra, veio a perder lentamente o uso da razão. Alienado, deu-se um golpe profundo na garganta, com uma navalha. Deu a impressão de recuperar-se e morreu em Campos Novos.

10. Um Documento Expressivo

Na documentação referente aos capuchinhos, há a cópia de um memorial endereçado ao Imperador, por volta de 1850, e que deve ser de autoria de Pe. Frei de Scandiano. Trata-se de dificuldades que os frades apontavam e solicitavam pronto remédio. Sua análise, entretanto, revela também gloriosas características dessa grande plêiade de homens, heróis e santos. Diz o documento que havia 59 missionários, "dispersos" pelo vasto território. Estavam eles assim distribuídos: Pará, 3; Maranhão, 3;

Piauí, 1; Pernambuco, Alagoas, Ceará, 7; Sergipe, 3; Bahia, 11; Espírito Santo, 5; São Paulo, 5; Minas Gerais, 6; Goiás, 4; Mato Grosso, 2; Rio de Janeiro, 4; Corte, 5. Dizia o memorialista, que a dispersão levava os frades a ter que arremeter contra numerosos objetivos e que, "querendo abraçar tudo com tão poucos, faltam as forças para tudo". E explicava que todas as províncias queriam missionários, desencadeando pressões insuperáveis. E os missionários se encontravam distantes um do outro, duzentas ou trezentas léguas, não sendo possível socorrerem-se e se ajudarem mutuamente. Além disso, unindo-se a pressão popular e a força das autoridades, que interferiam, faziam com que os missionários não estivessem, na prática, sujeitos a seus superiores. Estavam como que abandonados a si mesmos e com isso enfrentariam conseqüências tristes. Ia o memorialista além. Muitos missionários moravam literalmente no mato, longe de centros civilizados. O frade ficava adstrito a sofrer incompreensões de toda sorte. No tocante aos que se encontravam catequizando os índios, faltavam a eles roupa, comida e agasalho. Nem sequer havia instrumentos destinados à lavoura.

Pois, visto sob outro ângulo, este documento é um elogio, que nos deixa o coração feliz. Os frades eram disputados pelo povo, faziam o que podiam e atendiam ao que mais se desejava. Eram verdadeiros *missi Domini*, enviados do Senhor, luzes dispersas no vastíssimo território, consumindo-se em meio à maior pobreza. Sequer a Ordem conseguia dar-lhes aquele fraterno lar que é um convento, onde "tudo nos une", no amor de Cristo. Não havia planos, não havia organização, não havia segurança. Que pode ser mais franciscano do que isto? Os superiores bem entendiam esses problemas, mas a pressão popular era tanta, que não era possível tirar-se os religiosos. O Duque de Caxias, cujo capelão era Frei Fidélis de Ávila, como que interpretando o pensamento da Nação, dizia: "Tirem-me tudo, menos Frei Fidélis." A presença capuchinha na História do Brasil é o amor ato de generosidade. E, além disso, caído no esquecimento. Sublime entre os sublimes, glorioso porque, após dar tudo, durante séculos, nem sequer pediu à História um monumento à beira de um caminho morto. E, como temos um Brasil jesuíta, temos também um Brasil capuchinho!

11 — Pelas Províncias

É evidentemente impossível dar uma idéia clara do que fizeram os capuchinhos, pelo Brasil, em quase trezentos anos. Mesmo assim, impõe-se que recordemos alguns nomes, em algumas províncias.

a) Minas Gerais — Destaca-se o Pe. Frei Luiz de Ravenna, que, impedido pela doença de missionar os índios, radicou-se na Igreja da Piedade, na Serra do Caraca, Púlpito, confessionário e peditório... fizeram com que reconstruísse a Igreja, abrisse depósitos de água, etc. Morreu em 11 de janeiro de 1871. Foi sepultado em sua igreja. Deixou fama de santidade. E sua penitência, ia até ao sangue na aplicação da disciplina. Acompanhou a Frei Luiz de Ravenna o Pe. Frei Francisco de Coriolano. Pregou em muitos lugares. Era um orador espantoso e seus sermões apreciabilíssimos, iam de três a cinco horas de duração. Morreu em 1863, em Abre Campo. Exigiu que seu esquife fosse raso e que tivesse como travessão uma telha. O Santo Bispo de Mariana D. Antônio Ferreira Viçoso deixou palavras fervorosas de admiração por Frei Francisco de Coriolano.

Frei Eugênio Maria de Gênova chegou ao Rio de Janeiro em 1843. Foi destinado a Cuiabá, mas, no caminho andou pregando missões e foi tanto o bem feito, que o governo o dispensou de sua obediência e lhe deu a tarefa de continuar missionando pelos municípios, onde houvesse maior necessidade. Face à pressão popular, ficou em Uberaba. Construiu o cemitério, a Santa Casa de Misericórdia, igrejas, escolas, etc. Deixou um relatório de suas atividades: missões, até 1871, 8.205; comunhões, 17.599; livros distribuídos, 1.360; medalhas, 1.672; 1.632 estampas; 215 rosários; 207 terços e protegeu 187 escravos. Obteve 686 cartas de alforria; assistiu a 394 moribundos e em sua casa deu hospitalidade a 19.614 pessoas. Morreu em 1871, aos 59 anos de idade.

Frei Paulino de Fognano missionou dez anos em Uberaba. Pregou inúmeras missões: Foi magnífico e culto jornalista. Para pregar, chegou a fazer viagens de 800 léguas. Morreu na Bahia, em 1899.

Frei Francisco Ângelo de Tagia veio ao Brasil em 1842. Dom Viçoso identifica-o como homem de "luzes

e conhecimento". Trabalhou sete anos e retornou à pátria.

Missionaram os índios Frei Domingos de Casale e Frei Bernardino de Lagonero; Frei Benedito de Bobio; Pe. Frei Ludovico de Mazzarino; Pe. Frei Miguelangelo de Troina; Pe. Frei Virgílio de Amblar; Pe. Frei Serafim de Gorizia; Pe. Frei Ângelo de Sassoferato. E de todos se poderia narrar histórias maravilhosas e comoventes. Frei Ângelo morreu aos 90.

b) São Paulo — Também aqui, os frades se dedicaram às paróquias e aos silvícolas. Pe. Samuel de Lodi, lombardo, era tão talentoso orador, que nenhum sermão seu terminava sem copiosas lágrimas de parte dos fiéis. Morreu no Mosteiro Beneditino de Sorocaba. Catequizaram os índios Frei Pacífico de Montefalco; Frei Ponciano de Montaldo e Frei Gaudêncio de Gênova; Frei José de Loro; Frei Timóteo de Castelnovo; Frei Matias de Gênova; Frei Luiz de Cimitill e outros.

Durante muitos anos, os capuchinhos dirigiram o Seminário de São Paulo. A ele, destacaram seus elementos mais qualificados. Os frades que atuaram no Seminário vinham da Sabóia, a terra que serviu de berço a nossos capuchinhos do Rio Grande do Sul, em 1896. Citamos os nomes de Frei Afonso de Rumilly; Frei Eugênio de Rumilly; Frei Firmino de Centelhas; Frei Francisco de Vibonati; Irmão leigo Frei Crispim (que logo voltou à Europa, por motivo de saúde); Frei Germano de Aneci; Pe. Frei João de Montefiorito; Frei Generoso de Rumilly; Frei Gonçalves de Centelhas; Frei Justo de Moye; Frei Calixto de Grenoble; Frei Teodoro de Moye; e Frei Tomás de Forli, italiano. Lecionou no Seminário, por algum tempo, Frei Vital Gonçalves de Oliveira. Os frades deixaram o seminário em 1878.

c) Mato Grosso — Os frades Mariano de Bagnaia e Antônio de Molinete foram destinados à catequese no Mato Grosso. No tópico da Guerra do Paraguai demos algumas notícias a respeito da atuação de Frei Mariano de Bagnaia. Destacou-se pela sua atuação, pregando missões. Veio em 1846, e em 1847 foi destinado a Cuiabá. Partiram do Rio em maio e chegaram ao destino em outubro, aproveitando os lazers da viagem para pregar missões em numerosos lugares. Chegou a aldeiar três mil índios. Fez longas viagens. Com Frei Mariano, seguiu depois Frei Ângelo de Caramanico, que terminou prisioneiro dos paraguaios e degolado em Assunção.

d) Goiás — Destacaram-se como missionários dessa província o Pe. Frei Francisco de Monsavito. Fundou cinco povoações de índios, terminou com os conflitos na região, recuperou os facinorosos e tornou habitável o lugar. O Imperador condecorou o frade com uma medalha de ouro. Trabalhou em várias localidades, sempre com grande êxito. Cegou. Carregou sua cegueira com resignação e amor. D. Joaquim, Bispo de Goiás, pediu aos superiores que mandassem um companheiro ao frade. A Ordem atendeu o pedido, mas tão grande era a pressão pela necessidade de padres que, tendo indo Frei Sabino de Rimini a fundar uma nova missão, o bom Frei Francisco morreu sozinho. Deixou a fama de santo.

Pe. Frei Antônio de Gangi era de Messina. Entrou na Ordem com 20 anos, em 1855. Em 1865, apenas ordenado, já estava no Brasil. Foi destacado para ajudar Frei Francisco de Monsavito. Logo ficou doente, de hidropisia. Teve que submeter-se a longo tratamento. Recuperado, voltou ao trabalho. Fundou povoados, pregou missões, chegou a dirigir pessoalmente 2.000 índios; dirigiu paróquias e viajou muito, morrendo afogado.

Pe. Frei Rafael de Tagia nasceu em 23 de fevereiro de 1812, entrou na ordem em 1828; chegou ao Rio em 1846. Logo dirigiu-se a Goiás, para se dedicar aos índios. O Historiador Rocha Pombo considerava-o um grande benemérito. O esgotamento transformou suas faculdades mentais. Depois de 50 anos de missões, recluso num quarto, veio a falecer.

Pe. Frei Sigismundo de Tagia veio ao Brasil em 1844. Missionou longos anos, com grandes resultados. Também sofreu de neurastenia e sentia-se muito só. Muitas vezes pediu o conforto de um irmão da ordem, e nunca pode ser atendido. Morreu com 79 anos.

É apontado como grande Missionário Frei Sabino de Rimini. Nasceu em 1836, ingressou na ordem em 1851. Estava destinado às Índias. Veio ao Brasil, por insistência do Governo, que reclamava a presença de frades capuchinhos, para o exército do Paraguai. Ao chegar ao Brasil, ficou na Bahia e deu começo a uma imensa série de

atividades. Era homem de virtudes, atilado e competente. Viajou muito pelo Brasil, retornou à Europa. Morreu em 1918, em Fasso. Deixou magnífica narrativa, sob o título "Tra i selvaggi dell'Araguaia". Mesmo que algumas de suas iniciativas não tenham tido êxito, é tido como um dos nossos grandes missionários.

e) Espírito Santo — dedicaram-se ao trabalho apostólico nesta Província: Pe. Frei Paulo Antônio de Casanova, que missionou por dez anos consecutivos; Pe. Frei Wandelino de Innsbruck, que era tirolês, e de lá trouxe, em viagem posterior, Pe. Frei Pedro Regalado e Pe. Frei Adriano de Lantschner; Pe. Frei Daniel de Nápoles e Pe. Frei Ubaldo de Civitela. Alguns destes frades morreram no Espírito Santo.

12. Na Prefeitura da Bahia

No começo do segundo Império, a Prefeitura da Bahia contava apenas com Pe. Frei Luiz de Serravezza (Prefeito de 1839 a 1843), Pe. Frei Ambrósio de Roca, Pe. Frei Arcanjo de Ancona e o Irmão Frei Sante de Jesi. Vieram novos missionários, entre os quais Frei Samuel de Lodi, Prefeito de 1843 a 1847. Foi criada a sub-prefeitura de Sergipe.

Notabilizaram-se vários missionários. Pe. Frei Caetano de Troina tem particular interesse, porque terminou trabalhando em Porto Alegre. Chegou ao Rio de Janeiro, a 19 de julho de 1842, no mesmo navio que trouxe D. Teresa Cristina, futura imperatriz e esposa de Pedro II. Em 1844, foi mandado catequizar índios e revelou-se um excelente pacificador. Pregou missões em numerosas localidades e construiu a Igreja de São João de Porto Alegre, na foz do rio Mucuri. A convite de D. Sebastião Dias Laranjeira, veio ao Rio Grande do Sul em 1861, servindo de capelão no Menino Deus. Trabalhou intensamente por vinte anos, até 1881, quando pediu a caridade de voltar à vida conventual. Foi atendido. Morreu no Rio de Janeiro em 1890, aos 80 anos. Bendita seja a sua memória!

O Pe. Frei Cândido de Fógia foi um grande pregador de missões. Em cinco anos, pregou 53, quase um por semana. Legitimou 8.000 casamentos; administrou 94 mil crismas. As suas missões, acorria gente de 30 a 40 léguas. Os ouvintes iam de 10, 12 a 16 mil pessoas. É o que se lê.

Foi companheiro de Frei Cândido, o Pe. Frei Paulo de Penicale, outro trabalhador incansável. Em cinco anos, pregou 32 missões. Crismou 41.150 pessoas; celebrou 3.286 casamentos e administrou 1.739 batismos.

Lembramos ainda os nomes de Pe. Frei Serafim de Petralia, Pe. Frei Caetano de Grateri e Pe. Frei José Caltanissetta; Pe. Frei Inocêncio de Apiro e Pe. Frei Afonso de Bolonha.

Na subprefeitura de Sergipe anotamos o Pe. Frei Antônio de Casanova, foi um frade santo e incansável; morreu em sua cela, após trabalho verdadeiramente ciclópico. Teve um funeral de herói.

Pe. Frei Apolônio de Molinetto e Pe. Frei David de Umberto deixaram também memória imortal.

Na catequização dos silvícolas, ainda, na Bahia, se destacaram, Pe. Frei Luiz de Grava; Pe. Frei Rainerio de Ovada; Pe. Frei Doriteu de Loreto; Pe. Frei Paulo de Limone; Pe. Frei Luiz de Gubio; e Pe. Frei Liberato de Alatri, de quem se conta que, tendo recebido a missão de pacificar um grupo de índios, desapareceu pelo espaço de três anos, voltando com 600 deles civilizados e cristãos. Lembramos ainda Frei Francisco de Falerna.

Os capuchinhos também voltaram à província de Pernambuco, de que haviam sido expulsos em 1832, pela Regência. Chamou-os o Presidente Barão da Boa Vista e a Propaganda Fide em 1841 despachou para lá Pe. Frei Sebastião de Melia; Pe. Frei Caetano de Grateri e Pe. Frei Serafim de Catania. Os capuchinhos têm sido fermento, luz e amor. E não pouco serviram como apaziguadores de desavenças e amenizadores de guerras civis.

Entre os que trabalharam em Pernambuco, cita-se o nome de Frei Plácido de Messina. Pacificou índios, apaziguou guerrilheiros, construiu igrejas e em 1845, quando de uma terrível seca, pregou quinze dias de missões, coroadas por copiosas chuvas...

Anotamos ainda os nomes de Frei Euzébio de Sales; Frei Henrique de Castel São Pedro; Frei Caetano de Guateri e Frei Egidio de Garezze.

Lembramos Frei Caetano de Messina, que, entre outras benemerências, tem a seu crédito a publicação de um livreto, dedicado a devoção a Nossa Senhora, no mês de

maio. Note-se, aliás, que o Brasil deve aos capuchinhos a devoção Mariana, nesse mês. Foram companheiros, em Pernambuco, de Frei Caetano de Messina, os Freis, Sebastião de Molia; Pe. Frei Serafim de Catânia; Pe. Frei Fidélis de Fognano; Pe. Frei Venâncio de Ferrara; Pe. Frei Celestino de Pedavoli; Pe. Frei Caetano de Messina (sobrinho); Pe. Frei Caetano de Comacchio; Pe. Frei Francisco Maria de Vicenza e outros.

Em Pernambuco destacamos ainda a presença da Glória dos Padres capuchinhos e homem que se notabilizou na questão religiosa: Dom Frei Vital, que foi Arcebispo de Recife e Olinda.

Na missão do Maranhão anotamos Pe. Frei Doroteu de Dronero; Pe. Frei Gregório Maria de Bene; Pe. Frei José Maria de Loro; Pe. Frei Lourenço de Monteleone.

No Pará e Amazonas lembramos Pe. Frei Luiz de Belforte; Pe. Frei Maria de Ceriana; Pe. Egidio de Garezze; Pe. Frei Ludovico de Mazzarino; Pe. Frei Carmelo de Mazzarino; Pe. Frei Cândido de Heremence; Pe. Frei Luiz de Paizaa; Pe. Frei Pelino de Castro Valva e Pe. Frei Antonino de Reschio e muitos outros.

Os capuchinhos também missionaram o Ceará, embora não tivessem aí residência fixa.

13 — No Final do Império

A floração capuchinha, no Brasil, entrou em declínio no último quartel do século XIX. A sementeira que durante mais de cento e cinquenta anos mandara a fina flor de seus conventos, — várias províncias da Ordem, na Itália, — veio estancando. Em 1890, era a seguinte a situação:

Rio de Janeiro, sede do Commissariado Geral: Pe. Frei Fidélis de Ávola, prefeito e comissário geral; Pe. Frei Caetano de Troina; Pe. Frei Benedito de Bobbio; Pe. Frei Gregório de Prato; Pe. Frei Luiz de Piazza; Pe. Frei Paulino de Fognano; Pe. Frei Silverio de Rabi.

Na catequese de São Pedro Alcântara, Jataí (Paraná), Pe. Frei Timóteo Antônio de Gangi; na de Itambacuri, Minas Gerais, Pe. Frei Serafim de Gorizia; Pe. Frei Ângelo de Sassoferato; e na de Campos Novos — São Paulo — Pe. Frei Sabino de Rimini e Pe. Frei Francisco de Alatri.

No hospício da Bahia: Pe. Frei Venâncio de Ferrara, superior; Pe. Frei Antônio de Casanova, ex-prefeito; Pe. Frei Gabriel da Barra; Pe. Frei Faustino de Grumês; Frei João Batista de Cogna; e Frei Egidio de Mazzarino.

No hospício de Pernambuco: Pe. Frei Caetano de Messina, prefeito; Pe. Frei Cassiano de Comacchio; Pe. Frei Celestino de Pedavoli; Pe. Frei Lourenço de Sassoferato; Pe. Frei João Evangelista de Montemarciano; Pe. Frei Francisco de Salsalbo; Frei José de Bortalone; Frei Agostinho de Barberino e Frei Pasqual de Bolonha.

Na colônia Santa Isabel, Pernambuco, Pe. Frei Fidélis de Fognano; Pe. Frei Jerônimo de Montefiorito; Pe. Frei Pasqual de Varsóvia; Frei Félix de Alatri e Frei Vicente de Santiago e em Papacaça, Pernambuco, o Pe. Frei Clemente de Leonissa.

A esse tempo já estavam em São Paulo três missionários trentinos, em Tietê, Pe. Frei Félix de Lavalley; Pe. Frei Luiz de S. Tiago e Frei Caetano de Pietramurata.

14 — Os Capuchinhos na República

Mesmo em seus últimos dias, o Império reclamou a presença dos padres capuchinhos italianos. Insistentemente pediu-os à Santa Sé e esta ao Ministro da Ordem, que transmitiu o encargo à Província de Trento. Os trentinos tinham dúvidas, pois, lhes constava que o noviciado aqui era proibido. Através de correspondência, foi dito que havia apenas um aviso de 19 de maio de 1855, mas nenhum ato legislativo, isto é, lei que o vedasse. As autoridades muito esperavam dos tirolezes, os quais desejavam abrir um noviciado, em que se formassem missionários para os índios. Estabelecidos em São Paulo, tinham como programa de ação: abrir um seminário seráfico, mesmo que fosse junto a um convento; abrir um noviciado e receber ao hábito e à profissão noviços, ainda quando no lugar houvesse só quatro religiosos professos, se não fosse possível mais; e fundar conventos, sujeitos ao Ministro Geral e Provincial. Em outras palavras, a Ordem passaria a ter estrutura, ao menos em seus núcleos centrais deixando de existir aquele santíssimo e glorioso esparramo de frades, pelo vasto império. Em 1890, chegaram a São Paulo Frei Gregório de Rumo; Pe. Frei Mansueto de Valfiorian e o irmão Frei Benjamin de Vi-

go. Pregavam nas missões, mas praticavam a regular observância nos conventos. Em 1898, já tinham um convento próprio. Em 1890, chegaram Pe. Frei Daniel de Santa Maria; Pe. Frei Virgílio de Breguzzo e Frei Antônio de Drenna; o Irmão Frei José Cassana; em 1892, chegaram Pe. Frei Crispim de Ralo; em 1894, Pe. Frei Bernardino de Lavalley; Frei Ricardo de Drenno; Pe. Frei Policarpo de Levico; Pe. Frei Celestino di Vico Baselga; e os irmãos Frei Pedro de Comasine e Frei Jeundo de Malosca; em 1897, Frei Boaventura de Aldeno; Pe. Frei Fernando de Segnano; Pe. Frei Damião de Gumês e Pe. Frei Vitorino de Malês; em 1898, Pe. Frei Cirili di Soraga; em 1899, Pe. Frei Eugênio de Bocenago; e Pe. Frei Romero de Fondo e em 1890, Pe. Frei Camilo de Valda. Mais tarde, novos frades se incorporaram à missão. Instalaram-se, assim, solidamente em São Paulo. Tentaram missionar os índios caingangues ou coroados, porém, sem muito êxito. Em 1900, fundaram a Congregação das Irmãs Terceiras Franciscanas, regulares, instituição que é atribuída aos capuchinhos, mas de modo particular a Frei Luiz de Santiago.

A ação dos capuchinhos também se destaca no Estado do Maranhão. Os primeiros enviados eram milaneses e pagaram um alto preço: quatro frades e um irmão leigo terminaram sendo trucidados pelos índios.

No Ceará notabilizaram-se os capuchinhos lombardos e na Bahia os de Ancona e Pícono. Continuaram os trabalhos que há séculos haviam sido realizados pelos antecessores. Na Bahia, devemos destacar o esforço gasto pelos frades, no sentido de amortecer ou fazer desaparecer a influência religiosa de Antônio Conselheiro. Foi o Governador da Bahia Dr. Joaquim Manuel Rodrigues quem pediu a Frei João Evangelista de Monte Marciano; Frei Caetano de San Leo e Pe. Frei Venâncio de Ferrara a pregação de uma missão. Iniciada com êxito, falhou.

No Rio Grande do Sul temos a presença dos capuchinhos franceses. Buscam um refúgio, na eventualidade de uma perseguição religiosa. Tornam-se os grandes benfeitores dos imigrantes vênets e dão origem a uma província excepcionalmente florida da Ordem. Seu berço é Garibaldi, em que encontram a apostólica figura de Dom Bartolomeu Tiekler, homenageado nas portas da Igreja de São Pelegrino. O segundo lugar é Nova Trento, a nossa Flores da Cunha, viveiro de vocações. Os frades tornam-se fonte de inspiração. Recordamo-los em imenso amor e carinho para o nosso povo.

Em 1897, no Rio de Janeiro volta-se a trabalhar, tornando-se realidade o desejo de Frei Fidélis de Ávola. O Estado de Pernambuco foi confiado em caráter definitivo à Província de Nápoles.

15 — Síntese

Em começos de nosso século, havia seis missões: no Rio Grande do Sul, a saboiarda; no Rio de Janeiro, a siracusana; em São Paulo, a trentina; na Bahia, a picena; em Pernambuco, a napolitana e no Maranhão, a lombarda.

Em 1900, havia no Brasil 67 sacerdotes e 29 irmãos leigos. Em 1939, 243 sacerdotes e 110 clérigos, além de 93 irmãos leigos.

Não se tem estatísticas rigorosas, a respeito da presença dos frades capuchinhos, vindos da Itália, para missionar o Brasil. Foram seguramente mais de 1.000.

Resumamos. É uma página gloriosa, em que o desprendimento atingiu as raízes do sublime. Partiram da Itália os melhores, escolhidos a dedo. Aqui lançaram-se ao imenso território nacional, separados por largas distâncias. Não foi possível reuni-los em conventos e muito menos ampará-los. Quase que entregues a si mesmos, atendiam aos anseios e apelos das populações, e seus trabalhos eram buscados com insistência comovedora. Foram tudo para todos. E mesmo aqueles que se equivocaram, seus erros são comovedoramente humanos. Trabalharam incansavelmente, em meio à maior pobreza. Poucos se deram ao trabalho de registrar seus feitos. E tantos deles aqui morreram, entevados, anciãos, deixando porém luminosos exemplos de amor e de compreensão!

(1) Arlindo Rubert — A IGREJA NO BRASIL — Livraria Editora Pallotti Santa Maria

(2) Pe. Frei Fidélis M. de Primeiro — CAPUCHINHOS EM TERRAS DE SANTA CRUZ — Livraria Martins — Pe. Frei Modesto Rezende de Taubaté — e Pe. Frei Fidélis de Motta de Primeiro OS MISSIÓNIOS CAPUCHINHOS NO BRASIL.

Pouco se escreveu a respeito deles. E sobre os capuchinhos terminou caindo o manto do esquecimento. Humildes em vida, humildes na morte, e muitos de seus nomes, assim, ficaram conhecidos apenas de Deus. Abnegados até na obscuridade da história, que lhes não fez justiça. Fá-la Deus, que tudo sabe. E ela nasce em nossos corações, como um gesto de reparação.

Bendito seja Deus, por nos haver dado São Francisco.

Bendito seja São Francisco, por nos haver dado os capuchinhos.

Benditos os capuchinhos por nos haverem dado os missionários italianos.

O Brasil, nos tabernáculos eternos, possui uma plêide de Santos, desconhecidos para nós, mas potentíssimos ante o Senhor.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

Cumpro o dever de mandar inserir nos Anais para que a Nação saiba, da minha atual posição quanto aos partidos políticos, decidindo hoje, que é o último dia, já que passei vários dias, várias semanas, vários meses preparando-me para deixar o Partido Trabalhista Brasileiro, entretanto, venho cá para dizer que fico no PTB para emprestar-lhe apoio em suas bases, e, assim devolvê-lo aos trabalhadores deste País, como canal para suas sentidas reivindicações. O PTB pode perfeitamente voltar às suas origens, redimir-se, agora com vistas a eleger bancada austera para a Constituinte e, mais que isso, dentro desse contexto, eleger o Governador que o povo espera, o da renovação, Antônio Ermírio.

Independe esse processo de pessoas, depende sim de idéias, de ação política, de proselitismo adequado. Assim é que os homens valem sim, mas não podem se permitir a que promovam a involução do processo histórico. Como exemplo cito Jânio. A sociedade, o proletariado, os homens de responsabilidade devem seguir lutando independentemente de uma voz que tem adeptos sim, mas que promove tantas vezes confusão.

Os paulistas temem a volta do malufismo ao poder. Hoje, mais que ontem, cumpre fortalecer a resistência contra a corrupção. Maluf não pode voltar, esse é o brado de alerta que vale afirmar no processo sucessório paulista.

Sr. Presidente, a grande realidade é que o proletariado das fábricas, o proletariado do campo tem que tomar consciência de que, na verdade, os componentes da velha oligarquia pretendem voltar ao poder através de São Paulo, o que não pode vicejar. Então, decidi permanecer na trincheira do Partido Trabalhista Brasileiro como elemento que permanecerá aliado a essas Bancadas democráticas, como a do Movimento Democrático Brasileiro, trincheira que, na verdade, está cumprindo o seu dever; a do Partido dos Trabalhadores; a do Partido Democrático Trabalhista... São a essas trincheiras que temos de nos unir para poder chegar aos grandes resultados, às grandes reformas, porque o povo brasileiro está exigindo reformas fundamentais na área trabalhista, na área da economia e, principalmente, no investimento social.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Acabamos de ouvir a opção feita pelo Deputado Farabulini Júnior, nosso velho companheiro da Assembleia Legislativa de São Paulo, que declarou enfaticamente a sua permanência no PTB.

Sou um homem ligado ao PMDB, fiz força para que o Deputado Farabulini Júnior viesse formar nas fileiras do PMDB, sonhei com isso, batalhei por isso, e não fui bem sucedido. Mas quero deixar registrado nesta tribuna o meu maior apreço, a minha maior consideração, o meu maior respeito a essa figura paulista de político militante, de homem de uma garra extraordinária, de homem sério, capaz, e honrado, qualidades essas que Farabulini carrega ao longo dos seus vinte e tantos anos de política, ou, certamente, trinta anos de política.

Deixo aqui registrado, portanto, todo o meu apreço a essa figura, lamentando que S. Ex.^a não viesse para o lado do PMDB. Nessa afirmativa, também vai a do nosso colega Roberto Cardoso Alves que transmite, igualmente o pensamento assemelhado, igualado ao meu.

Lateralmente, Sr. Presidente, peço também um pronunciamento sobre a cidade de Limeira.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas: pela passagem do Dia Internacional da Mulher, o Rotary Clube Leste e a Casa da Amizade prestaram, na cidade de Limeira, significativa homenagem à Vereadora Elza Tank, do PMDB, entregando-lhe uma placa de prata como sinal de gratidão pelos serviços prestados à comunidade, especialmente à mulher limeirense.

Essa atribuição do título de Destaque Político do Ano é, sobretudo, um ato de gratidão e de justiça, em se tratando de quem sempre revidou os maiores esforços, dentro e fora do legislativo local, em benefício dos seus conterrâneos.

Os rotarianos homenagearam Elza Tank pelo excelente desempenho, no biênio 1983/1984, na Presidência da Câmara Municipal de Limeira, onde é a única representante feminina, responsável pelo êxito das gestões empreendidas no sentido da realização de um convênio com a UNICAMPO, visando à execução do programa de prevenção do câncer da mama e do útero, beneficiando cerca de cinco mil mulheres da periferia de Limeira.

Consta do seu currículo político, ainda, sua ação em favor do MOBIL, cujo pré-ensino escolar atendeu a duas mil e cem crianças por ano, tendo conquistado, ainda, por sua iniciativa, a instalação da Delegacia dos Direitos da Mulher, a primeira criada no interior do Estado de São Paulo.

As láureas foram entregues na boate no nosso Clube, quando se homenagearam, também, a colonista da *Gazeta de Limeira*, Cryz de Salvo, Aparecida Rodrigues, sócia fundadora da Associação de Habilitação Infantil, a pediatra Tupanema Bello Madri e a pedagoga Mirian Arcaro de Araújo.

Os trabalhos foram presididos por Natal Franzini Filho, dirigente do Rotary de Limeira, auxiliado pela Presidente da Casa da Amizade, Sônia Regina Prince Rodrigues Franzini.

Esteve presente à solenidade o Prefeito Jurandyr Paixão de Campos Freire, que vem fazendo excelente administração em Limeira, cumprindo fielmente as promessas feitas ao eleitorado.

Compareceram ao ato o Governador Distrital do Rotary, Alcides Serzedelo, além de pessoas gradadas da cidade e de municípios vizinhos, concluída a cerimônia com um emocionado discurso do prefeito, exaltando o Dia Internacional da Mulher, enquanto Elza Tank agradecia, comovida, a homenagem que lhe fora prestada.

Ao registrar, nos Anais, esse emocionante evento, queremos congratular-nos com o Rotary Clube Leste e a Casa da Amizade de Limeira, pelas justíssimas homenagens.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Erani Müller.

O SR. ERANI MÜLLER (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Rio Grande do Sul ainda está tentando ver, de parte do Senhor Presidente a República José Sarney, a aprovação do nosso Plano Regional de Reforma Agrária. Na qualidade de ex-Diretor do INCRA, estamos muito sentidos, entristecidos pelo fato de Sua Excelência ter marginalizado, nessa primeira leva de assinaturas de planos regionais, exatamente o Estado onde havia maior expectativa para a Reforma Agrária. Todos sabem da tradição gaúcha na agricultura e na pecuária, e também pelo fato de o Rio Grande ter exportado a sua melhor mão-de-obra, ou seja, o trabalhador rural para todo o Brasil.

Segundo dados da CPT, existem atualmente no Rio Grande perto de 300 mil trabalhadores sem terra e, infelizmente, a Reforma Agrária em meu Estado ainda não começou, ainda está numa interrogação total.

Está aqui em Brasília uma delegação de acampados da Fazenda Anôni, que ainda aguardam uma solução para esse problema. Vieram até a Capital Federal para tentar uma audiência com o Senhor Presidente da República, o

que não foi conseguido. Esses trabalhadores sem terra lutam e estão sofrendo. Na Fazenda Anôni estão aproximadamente 6 mil pessoas integrantes de 1.500 famílias. Ali existem quase 2 mil crianças, e nessa madrugada o frio aproximou-se de zero grau, em boa parte dos municípios gaúchos.

É fácil entender que se aqui em Brasília há praticamente uma epidemia de gripe, no Rio Grande do Sul, com a avariação da temperatura, com as crianças mal alimentadas, mal-abrigadas na Fazenda Anôni, vamos ter quase a totalidade dessas crianças gripadas, sujeitas à pneumonia e outras doenças pulmonares.

Há que se ter, Sr. Presidente, uma solução imediata para esse problema. Por isso, estamos apelando a todos os parlamentares gaúchos, independentemente de siglas partidárias, de partidos, para que lutem, para que pressionem Sua Excelência o Senhor Presidente da República, a fim de que assine o Plano Regional Gaúcho e a Reforma Agrária comece efetivamente em nosso Estado.

Queremos, também, neste momento, lançar o nosso brado contra o fato de mais um assassinato, o do Padre Josimo Tavares, mais uma injustiça perpetrada em consequência da luta de posseiros contra os latifundiários. Há necessidade de serem apuradas as responsabilidades!

“O delegado regional de polícia de Imperatriz (MA), Walber Dourado, disse ontem já ter convidação de que participaram na morte do padre Josimo Tavares, o vereador de Augustinópolis (GO), Osmar Teodoro da Silva, conhecido como “Neném”, um irmão deste, identificado apenas como “Tem-Tem” e um sobrinho de ambos, de nome Wilson Nunes Cardoso. O delegado chegou a essa conclusão, depois de aprender o veículo usado no crime (um Corcel 2 amarelo, placa de Imperatriz, IA 3614) e ouvir um mecânico que revisara o carro no dia do atentado.

Segundo Walber Dourado, os suspeitos “Neném” e “Tem-Tem” são irmãos de Sebastião Teodoro da Silva, o “Duda”, morto no início da semana passada na fazenda Novo Mundo, município de Augustinópolis, durante um conflito com posseiros. “Como o padre Josimo dava todo apoio aos posseiros da região”, afirmou o delegado. “É fácil concluir que sua morte foi um ato de vingança”.

Nós insistimos, desta tribuna, Sr. Presidente, para que sejam apuradas as responsabilidades, que a Polícia Federal realmente apure e coloque na cadeia para terminar, de uma vez por todas, com essas injustiças, com esses verdadeiros mártires que estão sendo assassinados, aos quais se incluem também o Padre Josimo.

Nós achamos que a luta da Reforma Agrária tem que continuar com a assinatura de todos os planos regionais, incluindo o Rio Grande do Sul, porque ela representa a redenção política, social e econômica de nossa Pátria.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Srs. Congressistas:

Quero saudar o povo e o Governo de Israel por sua data maior. Alegria-me festejar o restabelecimento de uma situação política que, desde os dias do Profeta Jeremias, estava prevista.

Leio nas Escrituras do Velho Testamento que dias viam quando, ao invés de se dizer: “Tão certo como vive o Senhor, que fez subir os filhos de Israel da terra do Egito”, a história e os homens iriam dizer: “Tão certo como vive o Senhor, que fez subir, que trouxe a descendência da Casa de Israel de terra do Norte, e de todas as terras para onde os tinha arrojado, e habitarão na sua terra” — Jeremias: 23-7-8.

E já este tempo é chegado. Israel está em sua terra, conforme as profecias. A fidelidade de Deus se cumpre a cada dia com aquela nação, por isso, crendo na Palavra, creio que esta data merece ser festejada com dignidade em todos os quadrantes.

Recentemente, Sr. Presidente, visitei o Estado de Israel. Foi uma experiência marcante. Não me detive apenas em observações sob a ótica do turismo que lá se desenvolve e se explora. Acerquei-me de outros detalhes, percorrendo a história e vivendo o presente. Há uma

harmonia em tudo o que se vê em Israel. O passado e o presente se completam, na luta para corrigir as lacunas de um tempo quando o povo esteve ausente de sua terra e a nação viveu dispersa. Há uma busca de recuperação, quer de todos os sentidos inerentes à Pátria, quer de espaço no universo das nações.

E tudo isto vem acontecendo de forma evidente, demonstrando a vocação especial do povo de Israel, conforme revelam as Escrituras Antigas.

Compartilho das alegrias daquele povo e me associo às homenagens que se prestam à nação irmã. E, por oportuno, sugiro que todos consultemos, constantemente, as Escrituras Sagradas, pois elas nos informam sobre o presente e o futuro de Israel. O testemunho das Profecias de Jeremias nos dá conta desta verdade, pois que, hoje, de todas as terras chegaram e chegam a Israel, os que habitam na sua terra.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Theodorico Ferraço.

O SR. THEODORICO FERRAÇO (PFL — ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Era jovem quando fiz a primeira viagem ao Japão, para conhecer Tóquio. E lá muito me preocuparam as nuvens e a falta de oxigênio puro, para que aquele povo progressista pudesse respirar.

Quase vinte anos depois, a Capital do Espírito Santo — Vitória, que progrediu muito nos últimos anos — se encontra na iminência de se tornar um novo Tóquio, dentro do Território brasileiro.

A poluição que eu vi no Japão era terrível, cujas nuvens cobriam o céu daquela terra progressista e amiga do Brasil.

Hoje, quem sai de madrugada assiste aos fornos da Siderúrgica de Tubarão soltarem a fumaça que vai de encontro aos pulmões dos capixabas. O pó de minério da Companhia do Vale do Rio Doce adentra os lares, que são obrigados a fazer limpeza de meia em meia hora em suas casas, realmente está se tornando um problema sério para a saúde, principalmente das crianças em Vitória, Espírito Santo, Brasil.

Eu gostaria de fazer um alerta aqui ao Governo Federal, às autoridades, ou onde possa chegar a minha fala, talvez aqui mesmo nos Anais do Congresso, mas quero registrar o meu protesto, o meu alerta para que o Governo Federal, através dos setores que têm preocupações com a saúde do povo capixaba, tome providências urgentes enquanto é cedo. É preciso olhar para a poluição do pó de minério e das siderúrgicas, que estão instaladas em Vitória, enquanto é cedo, para que amanhã o oxigênio que o capixaba respira até hoje não venha a se tornar um meio de doença com a contaminação do pó de minério, pela fumaça da SST, fazendo com que a nossa terra deixe de ser abençoada pela nossa protetora, a Nossa Senhora da Penha. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Eu gostaria de registrar, nesta noite, rapidamente, os meus parabéns ao ilustre e eminente Presidente do Banco do Brasil, Dr. Camilo Calazans.

A Nova República tem muita gente boa trabalhando, e tenho tido oportunidades várias de tecer algumas considerações elogiosas a quantos de nossos grandes companheiros, quer do PMDB, quer da Aliança Democrática, executam trabalhos à frente dos Ministérios, de algumas autarquias, de estatais de economia mista, etc.

Mas, eu gostaria de registrar, nesta noite, a minha apreciação pela forma cordial, cavalheira, amiga, segura, honrada com que age o ilustre e eminente Presidente do Banco do Brasil, Dr. Camilo Calazans, fazendo um trabalho digno dos nossos aplausos ao lado de toda a Diretoria do Banco do Brasil, procurando dar àquele órgão um nova dinâmica e, tendo certeza, não somente S. Sr., como também a Diretoria e, muito especialmente, todos os funcionários do Banco do Brasil, pelo trabalho que prestam a esta Nação.

Deixo registrados os meus parabéns, tenham certeza, com muita alegria e honradamente, em razão da pessoa de que se trata, o ilustre e eminente Dr. Camilo Calazans. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Horácio Ortiz.

O SR. HORÁCIO ORTIZ (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ontem, ocorreu mais um grave incidente na Capital do Paraná, em decorrência do problema de uma greve de motoristas e cobradores das empresas de ônibus urbanos, com feridos e cento e oitenta ônibus depredados.

Em São Paulo, estamos também praticamente em véspera de acontecimentos graves, com a paralisação dos ônibus e depredações. A população continua gravemente prejudicada, porque o seriíssimo problema da solução dos transportes urbanos não está sendo devidamente enfrentado pelo Prefeito. Este continua passeando, como está fazendo há quatro meses, com duas viagens à Europa e não toma as devidas providências para a implantação do vale-transporte, já aprovado por este Congresso há mais de seis meses.

Queremos, Sr. Presidente, além de consignar o nosso protesto contra esse prejuízo que o Sr. Prefeito Jânio Quadros está causando cerca de três milhões de trabalhadores em São Paulo, lamentar que o problema do vale-transporte não esteja sendo realmente levado em consideração por um grande número de prefeitos, que simplesmente têm a única obrigação — e é lei federal — de, através de portaria, mandar as suas empresas de transportes urbanos executarem a simples implantação dos passes, para que os empresários locais os adquiram e os deem aos seus operários, conforme manda a lei que aprovamos recentemente.

Queremos dizer que além do passe e do vale-transporte, o Governo Federal tem que enfrentar um outro problema, o do custo dos transportes urbanos. Acha-mos que a fórmula que já sugerimos em discurso anterior, da importação de óleo diesel a um preço muito baixo, no mercado internacional, permitirá que esse óleo seja distribuído aos empresários a um custo reduzido, refletindo no preço do transporte, no qual o óleo diesel incide em cerca de 30%, que poderá ser mantido aos níveis do congelamento feito pelo nosso digno Presidente da

República, evitando que esses quebra-quebras continuem, ontem em Curitiba, amanhã em São Paulo e daí para frente, permitindo que a população continue tão sacrificada pela irresponsabilidade de alguns prefeitos como também pela necessidade de a PETROBRÁS e o próprio Conselho Nacional do Petróleo acharem uma solução para o transporte coletivo, que não seja o subsídio, como citam os jornais hoje, mas através da redução do custo do óleo diesel, que daria perfeitamente para solucionar o problema.

Era o que tínhamos a aconselhar, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Cardoso Alves.

O SR. ROBERTO CARDOSO ALVES (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Quero comunicar ao Congresso Nacional que domingo faleceu em São Paulo o Sr. José Paulo Freire, conhecido nas rodas políticas, intelectuais, boêmias, de trabalhadores, de populares, conhecido na capital paulista, conhecido em São Paulo e em boa parte do País, comentado nas rodas jornalísticas, nos meios literários e estudantis como sendo o “Zé do Pé”.

Falarei amanhã, na Câmara dos Deputados, fazendo o seu necrológico. Homenageá-lo-ei em nome dos seus amigos da capital de São Paulo, do nosso Estado e do País, da tribuna da mais alta sentada legislativa nacional. Cumprirei um dever efetivo e de consciência, eis que homenagearei um grande brasileiro, natural de Aracatuba. Mas, para que conste também dos Anais do Congresso o nosso pranto indistinto, de todas as camadas sociais de São Paulo, que vão desde as prostitutas até a ex-governadores, faço esta comunicação nesta sessão, para prevenir os Congressistas de que amanhã renderei um preito de saudades, de homenagem e de conhecimento ao penúltimo boêmio de São Paulo, ao “Zé do Pé”, ao Exmº Sr. Professor Dr. José Paulo Freire, formado com doutoramento, brilhantismo e grande honra na universidade da vida, que é a única que conta.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à apreciação das Mensagens Presidenciais nºs 14 e 15, de 1986-C.N., referentes, respectivamente, aos Decretos-leis nºs 2.170 e 2.171, de 1984.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As matérias constantes da Ordem do Dia encontram-se em fase de votação. Sendo evidente a falta de número para deliberação, a Presidência deixa de submetê-las ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 38 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre	Cz\$	58,00
Exemplar avulso	Cz\$	0,17

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:

Semestre	Cz\$	46,00
Exemplar avulso	Cz\$	0,17

As assinaturas são, exclusivamente, semestrais.

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**(10ª edição - 1986)
(formato bolso)**

- **Texto constitucional vigente consolidado (Constituição de 1967, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969 e as alterações feitas pelas Emendas Const. nºs 2, de 1972 a 27, de 1985).**
- **Notas explicativas das alterações com as redações anteriores.**
- **Minucioso índice temático.**

406 páginas
Preço: Cz\$ 10,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (Anexo I — 22º andar)

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília, a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal. (Brasília, DF — CEP: 70.160)

Atende-se também pelo reembolso postal.

CÓDIGO DE MENORES

(2ª edição - 1984)

Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, tramitação legislativa e comparação com a legislação anterior; anotações (legislação, pareceres, comentários) e outras informações.

532 páginas — Cz\$ 60,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal (CEP 70160 — Brasília-DF), ou através de encomenda mediante vale postal ou cheque visado.

Atende-se também pelo reembolso postal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 87

Está circulando o nº 87 da Revista de Informação Legislativa, periódica trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 433 páginas, contém as seguintes matérias:

COLABORAÇÃO

Organização constitucional do federalismo — Raul Machado Horta

Federalismo e descentralização — Inocêncio Mártires Coelho

Poder Executivo — Josaphat Marinho

Os "direitos sociais trabalhistas na área constitucional. No passado, no presente e no futuro — José Martins Catharino

Sugestões para uma Constituinte autêntica — Paulino Jacques

Sugestões para a Constituinte — Fernando Whitaker da Cunha

Variações em torno da reforma constitucional — Paulo de Figueiredo

Constituição e Constituinte — Mirtô Fraga

Teoria Geral do Poder Constituinte. As Constituições do Brasil e a Constituição da 6ª República — Pinto Ferreira

Poder Constituinte: natureza e perspectivas — Carlos Valder do Nascimento

A origem liberal — conservadora do constitucionalismo brasileiro — Antônio Carlos Wolkmer

Introdução à teoria da interpretação constitucional — Fran Figueiredo

Filosofia política — Machado Paupério

Notas sobre a atuação dos grupos sociais no cenário político — Sílvio Dobrowolski

O Estado, seu surgimento e existência — a teoria pura do Direito: algumas observações — Edson de Arruda da Câmara

O Ministério Público e a representação por inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual — João Paulo Alexandre de Barros

Da inconstitucionalidade do art. 175 do Regimento Interno do STF — Paulo Napoleão N. B. Nogueira da Silva

A Súmula 90 — O TST e a Constituição — Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena

Aspectos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o sistema de recursos no direito processual civil — Edson Rocha Bonfim

INFORMÁTICA JURÍDICA

Da natureza jurídica do "software" — Arnaldo Wald

A Venda na
SUBSECRETARIA
DE EDIÇÕES TÉCNICAS
DO SENADO FEDERAL

**PREÇO
DO
EXEMPLAR:
Cz\$ 36,00**

Anexo I — 22º andar
Praça dos Três Poderes
70.160 — Brasília — DF
Telefone: 211-3578

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília,
a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

REFORMA

ADMINISTRATIVA

ORGANIZAÇÃO

DA ADMINISTRAÇÃO

FEDERAL

Decreto-Lei nº 200, de 1967

Texto atualizado e anotado

Legislação alteradora

Legislação correlata

4ª edição — 1984

500 páginas

Preço:

Cz\$ 30,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas,
Senado Federal, 22º andar. Brasília, DF — CEP 70160

Encomenda mediante cheque visado
pagável em Brasília ou vale postal.

Atende-se, também, pelo reembolso postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cz\$ 0,17